

CRISE DA RACIONALIDADE LUSOTROPICALISTA E DO PARADIGMA DA 'CRIOULIDADE' (O CASO DA ANTROPOSSOCIOLOGIA DE ANGOLA)*

Victor KAJIBANGA **

RESUMO: A história dos movimentos protonacionalistas nos países africanos de língua oficial portuguesa, o surgimento da literatura de cariz negritudinista (que teve como alguns dos seus melhores representantes mestiços e brancos) e a activa participação dos mestiços na luta anti-colonial desses países, encarregaram-se de abalar a ideologia da chamada "fenomenologia cultural portuguesa", assente no princípio da criação do mestiço como condição da perenidade cultural portuguesa nesses países. Com ligeiras adaptações, a antropossociologia da criouldade, ao insistir na consciência de raça dos mestiços, parece tentar perpetuar uma das falácias da portugalidade e pautar pela marginalização dos mestiços e da sua condição de angolanos. Pessoalmente, não acredito que o lugar dos mestiços na actual sociedade angolana e o papel que desempenham na construção da nação angolana se deva à sua consciência de raça.

Palavras-chave: Lusotropicalismo; Criouldade; Antropossociologia; Angola

(*) Comunicação apresentada ao Colóquio *O Luso-tropicalismo Revisitado*, realizado em Lisboa, Portugal, na Sociedade de Geografia de Lisboa, de 11 a 12 de Fevereiro de 1999.

(**) Sociólogo, Doutoramento em Sociologia pela Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscovo "Lomonosov". É Professor Titular da Universidade Agostinho Neto, onde lecciona História do Pensamento Sociológico, Sociologia Geral e Introdução às Ciências Sociais), Investigador da Cátedra de História da Sociologia e Teoria Sociológicas da Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscovo e Investigador do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. É membro da Associação Internacional de Sociologia, da Associação de Antropólogos e Sociólogos de Angola e da União dos Escritores Angolanos.

Os processos políticos, sociais e culturais de Angola têm sido estudados e analisados por alguns especialistas, partindo da suposta existência, em Angola, de uma sociedade “bioculturalmente mestiça”, isto é, “a sociedade crioula”¹ e uma outra sociedade não crioula. Tais discursos teóricos infundados, como adiante tentarei demonstrar, fundamentam as suas teses na sociologia gilbertiana do luso-tropicalismo e na sua variante angolana, a teoria da criouliidade, formulada por Mário António.

Por isso, neste colóquio em homenagem ao grande sociólogo brasileiro que foi Gilberto Freyre (1900-1987), quero estender a homenagem ao seu maior discípulo angolano, o ensaísta e sociólogo Mário António Fernandes de Oliveira (1934-1989), fundador da corrente sociológica da criouliidade nos estudos sociais e literários angolanos.

Proponho-me falar da influência destes dois grandes homens da ciência dos países de língua oficial portuguesa nos estudos sociais e humanísticos de e sobre Angola, particularmente, nas perspectivas que surgiram na década de 1980 e que lutam pela sua afirmação na década de 1990. Refiro-me ao paradigma da antropossociologia da criouliidade angolana, formulado nos trabalhos de José Carlos Venâncio e de Francisco Soares, que pretendendo construir uma teoria explicativa, totalitária e hegemónica sobre a realidade sociológica angolana, falseiam essa mesma realidade e se prestam a cultivar o mito dos grandes feitos dos descobrimentos e da colonização portugueses, o discurso de raça e uma epistemologia de pendor eurocentrista e paternalista.

Assim, a presente comunicação é uma proposta para um debate académico, com os representantes dessa nova corrente teórica. Anima-me, neste diálogo, a necessidade de propor uma epistemologia alternativa, assente na refutação da racionalidade luso-tropicalista e do paradigma da criouliidade e na legitimidade de fundamentar o advento de uma sociologia (e epistemologia) do saber endógeno² – uma nova grelha (de leitura) teórica para a explicação dos factos e processos sociais angolanos.

1. Foi Gilberto Freyre quem glosou a ideia sobre o “génio criador português” e introduziu no léxico científico o conceito de luso-tropicalismo, para caracterizar a especificidade do colonialismo português. Na opinião de José Carlos Venâncio, que cita *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (1933), a especifici-

(1) Ver Venâncio, 1992: 31.

(2) Sobre a perspectiva africana do saber endógeno, ver HOUNTONDJI, Pulin (org.). *Les savoirs endogènes. Pistes pour une recherche*. Paris: CODESRIA, 1994; KI-ZERBO, Joseph (org.). *La natte des autres*. Pour un développement endogène en Afrique. Paris: CODESRIA, 1992.

dade dessa colonização (portuguesa) consistiu nos seguinte traços principais: "a mobilidade (para o que terá contribuído a escassez de braços, capital-homem), a miscibilidade (reduzível também à mesma escassez de braços para a manutenção de um tão vasto império) a bio-continentalidade portuguesa, ou seja, a proximidade do norte de África e a forte componente árabe na composição do homem e da cultura portuguesa) e, por fim, a aclimatilidade" (cf. Venâncio, 1996a: 21). Esta caracterização ignora a dimensão sócio-económica e política da colonização, o aspecto mais importante da sua essência sociológica, que consiste na pilhagem dos recursos naturais dos países colonizados, na exploração da força de trabalho dos seus habitantes e no desenvolvimento do poder económico, social e político dos colonizadores (cf. Césaire, 1978; Andrade, 1978, 1971).

2. A resposta angolana ao luso-tropicalismo e ao pretensado racismo do colonialismo português, não se fez esperar. Numa polémica com Gilberto Freyre, intitulada 'Qu'est-ce que le 'luso-tropicalisme'?'³, publicada na revista *Présence Africaine*, n. IV, de Outubro – Novembro de 1955, com o pseudónimo de Buanga Fele, o patrono da sociologia angolana, Mário Pinto de Andrade (1929-1990)⁴, dirige uma severa crítica à ideologia do luso-tropicalismo e ao sistema colonial português em geral.

Para Mário Pinto de Andrade, "na escrita superficialmente brilhante de G. Freyre pode-se portanto ler que o luso-tropicalismo é simultaneamente um conceito, uma teoria e um método de colonização. Poder-se-ia portanto, defini-lo como sendo: 1) Uma vocação congénita dos portugueses em serem atraídos pela mulher de cor nas suas relações, 2) o desinteresse dos portugueses pela exploração económica nos trópicos, 3) A manutenção de relações sociais com os habitantes dos países tropicais com vista à criação da mobilidade vertical na vida social e política" (1978b: 231). Mário Pinto de Andrade (1958: X) que denunciava o carácter assimilacionista e integracionista (a assimilação e integração de valores tropicais na cultura lusitana), na já citada polémica com Gilberto Freyre, conclui que o lusotropicalismo não sendo válido

(3) Neste texto é citado o resumo da versão portuguesa, publicada por Aquino de Bragança em 1978.

(4) Para um adequado enquadramento da crítica de Mário Pinto de Andrade ao Luso-tropicalismo, recomendam-se os seus textos sobre sociologia da situação colonial (cf. 1997, 1978a, 1971, 1962), sociologia das relações raciais e crítica sociológica ao luso-tropicalismo (1952, 1978b, 1958), sociologia do pratonacionalismo africano (1997, 1990) e sociologia da angolanidade (1975, 1952a, 1952b, 1951/1952a, 1951/1952b, 1953). Veja igualmente o meu trabalho sobre este autor intitulado: *A alma sociológica na ensaística de Mário Pinto de Andrade*. Uma Introdução ao Estudo da Vida e Obra do Primeiro Sociólogo Angolano, Luanda: INIC, 253 p.

"para explicar a formação do Brasil, é inteiramente falso para as circunstâncias coloniais da África" (1978b: 230).

3. Em 1968, numa tentativa de salvar o luso-tropicalismo, o ensaísta e sociólogo angolano, Mário António Fernandes de Oliveira, num ensaio seminal, intitulado *Luanda 'Ilha' Crioula* (1968)⁵, introduziu a criouliidade no léxico socio-humanístico de (e sobre) Angola, como conceito definidor e caracterizador da sociedade angolana, em particular de Luanda. Entretanto, na esteira de Mário António, José Carlos Venâncio (1992a), viria acrescentar ao núcleo da sociedade luandense crioula, as cidades de Benguela e Namibe.

Devo dizer que o próprio Mário António definia o luso-tropicalismo e a criouliidade com alguma ambiguidade e insegurança. É assim que na entrevista que concedeu ao estudioso francês de literaturas africanas Michel Laban (S/d: 369-405), Mário António fazendo recurso à metáforas (?) iguala o luso-tropicalismo às práticas de alguns angolanos festejarem o natal "Com bacalhau", "Com figos", "amêndoas", "nozes", "com castanhas". Chega mesmo a chamar essa prática como um exemplo satisfatório de luso-tropicalismo.

Por outro lado, na sua dissertação de doutoramento, *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, defendida na Universidade Nova de Lisboa em 1985, aquele investigador reconhece o carácter polémico do conceito de criouliidade (cf. Oliveira, 1997: 11-16). Na verdade, Mário António não apresenta nenhuma contribuição original à definição do conceito de criouliidade, limitando-se ao mero exercício de hermenêutica académica em redor desse conceito, sem, porém, se preocupar em demonstrar a pertinência e a legitimidade da aplicação do mesmo à leitura dos processos societários angolenses⁶.

Com efeito, hoje, alguns países sul-americanos, cuja situação sociológica Mário António Fernandes de Oliveira tentou forçosamente transpor para a realidade angolana, começam a questionar o conceito de criouliidade. Alguns pro-

(5) Sobre o desenvolvimento do conceito de criouliidade, vejam-se outros textos de Mário António: Para uma perspectiva crioula da literatura angolana – História de uma traição. In: *Ocidente*, Lisboa, 1972, vol. LXXXII, 250-256; "Para uma Perspectiva Crioula da Literatura Angolana – O Repositório de coisas angolenses, de J. D. Cordeiro de Matta Braga, Guimarães. Gil Vicente, 1974; "Factores de "elitização" de naturais de Luanda na Segunda metade do século XIX", In: *Mensário Administrativo*, n. 186-191, Janeiro – Julho de 1963, p. 89-91; e *A formação da literatura angolana (1851-1950)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997. Os primeiros dois títulos foram inseridos em OLIVEIRA, Mário António Fernandes de, 1990, p. 345-353 e 473-480.

(6) Mário António (1968) tenta transplantar a realidade crioula sul-americana para Angola, daí a relação comparativa que estabelece do "arquipélago Sul-Atlântico Português" com as "ilhas crioulas do Atlântico".

põem o conceito de antilhanidade em substituição do termo de criouldade (cf. Maryse Condé & Madeleine Cottenet-Hage, 1995). Num texto polémico, intitulado *Critique Afrocentrique de l'Éloge de la Créolité*, inserido em *Penser la Créolité* (cf. Maryse Condé & Madeleine Cottenet-Haage, 1995: 86-99), Ama Mazama, uma intelectual do Guadalupe, a ensinar linguística na Temple University, em Philadelphia (Estados Unidos da América), faz apelo à necessidade da denuncia da criouldade, por três razões: Em primeiro lugar, "*pour la facture fondamentalement eurocentrique*"; em segundo lugar, "*pour la légèreté de son approche de la réalité sociopolitique caribéenne*", e, em terceiro lugar, "*pour ses postulats socioanthropologiques au fondements incertains*"⁷. Este apelo convida-nos para uma séria e profunda reflexão epistemológica. Se adiarmos tal reflexão, corremos o risco de continuarmos, nós os investigadores e cientista sociais, a manter o diálogo dos surdos: uns a insistirem no eurocentrismo outros no afrocentrismo, mas todos a olharem para as realidades sociológicas das ex-colónias de forma estática e preconceituosa.

De facto, para o caso angolano é um grande equívoco falar-se de luso-tropicalismo e criouldade. Na esteira do sociólogo angolano Mário Pinto de Andrade (1958) e dos ensaístas portugueses Alfredo Margarido (1962) e Orlando Albuquerque (1975), considero não ter havido, em Angola, a cristalização (no sentido hegemónico ou de enraizamento) das formas socioculturais resultantes da interacção entre Europeus e Africanos⁸. O peso das etnicidades e das sociedades étnicas na sociedade angolana contemporânea, bem como o constante recurso que as elites do Estado pós-colonial fazem às clientelas étnicas como sustentáculos e bases de apoio do poder instituído, são alguns dos factos que contrariam o mito fundador da criouldade (cf. Kajibanga, 1998), defendido por Venâncio e Soares.

4. Apesar da inconsistência do conceito de criouldade que, como atrás referi, não passa de uma fracassada tentativa de transportar de forma fotogénica grelhas de leituras teóricas de contextos sociais alheios à realidade sociológica angolana, devo reconhecer que o luso-tropicalismo e a sua variante angolana, a teoria da criouldade, formaram uma grande academia pluridisciplinar⁹, e aos

(7) Pela sua factura fundamentalmente eurocentrista, pela ligeireza da abordagem que faz da realidade caribense, pelos seus fundamentos postulados socioantropológicos incertos.

(8) Um ponto de vista contrário foi formulado por Jill Dias (1984).

(9) Os estudos africanos praticados por alguns intelectuais angolanos (José Carlos Venâncio, Francisco Soares, Carlos Pacheco, José Eduardo Agualusa) residentes em Portugal e alguns portugueses (como é o caso de Salvato Trigo), constituem o núcleo duro da academia crioula, corrente dominante da actual escola portuguesa de estudos africanos (sobre este assunto, vide Laranjeira, 1997: 3).

poucos vão criando (pelo menos em Portugal) grandes empreendimentos de reprodução do espírito da crioulidade¹⁰. Hoje, são vários os estudos e análises sobre Angola, feitos por especialistas angolanos e estrangeiros, que fazem recurso à epistemologia da crioulidade para explicar a realidade sociológica, socio-económica, sociocultural e política angolana¹¹.

Após alguns anos de silêncio – refiro-me aos primeiros oito anos que se seguiram a independência –, na década de 1980, surgiram novos discursos de recuperação do luso-tropicalismo e da crioulidade. Tal esforço de reinterpretação das teorias de Gilberto Freyre e de Mário António Fernandes de Oliveira, como plataforma metodológica para explicar a substância societal angolana, tem em José Carlos Venâncio e em Francisco Soares os seus maiores representantes¹². Os textos doutrinários destes dois investigadores angolanos, que tem sido objecto de várias críticas por parte de outros pesquisadores angolanos¹³, são sintomáticos e pecam no elogio que fazem à crioulidade como princípio epistemológico e metodológico para a abordagem da problemática da angolanidade.

Para facilitar a refutação da teoria da crioulidade, que mais adiante formulou, passo, de imediato, a enumerar as principais teses destes dois autores: primeiro, a crioulidade é vista como princípio fundador da angolanidade (Venâncio; 1992a, 1987; Soares, 1996); segundo, a angolanidade é entendida como a interpretação que alguns intelectuais, políticos, escritores, etc.) fazem da sociedade crioula angolana (Venâncio, 1992: 19); terceiro, a sociedade crioula é projectada como o ponto de referência para a construção da nação angolana (Venâncio, 1992a: 19-20); quarto, a minoria da sociedade crioula é investida de legitimidade bastante para falar em nome da maioria (Venâncio, 1992a: 21); quinto, a origem biológica (ou a consciência de raça) e a especificidade do colonialismo português determinam a produção literária dos autores crioulos¹⁴ (Venâncio, 1992: 31); sex-

(10) Refiro-me, por exemplo, à Pendor Editorial, tutelada por Francisco Soares, empresa vocacionada à publicação, dentre outras, de obras de cariz da crioulidade.

(11) Vou apenas nomear, a título de exemplo, alguns dos trabalhos publicados nas duas últimas décadas, 1980 e 1990.

(12) Sobre as concepções doutrinárias da crioulidade propostas por José Carlos Venâncio, ver as suas obras: 1996a; 1996b; 1992a; 1992b e 1987. Ver também Soares 1996, 1999.

(13) Refiro-me às críticas da historiadora Maria da Conceição Neto (1997), do ensaísta e crítico literário Luís Kandjimbo (1999; 1997) e a algumas reflexões minhas sobre esta matéria (Kajibanga, 1997; 1994).

(14) É curiosa a lista dos escritores que, na visão de José Carlos Venâncio, assumem e projectam a angolanidade crioula através da sua consciência de raça. Venâncio aponta os exemplos de Pepetela, Uanhenga Xito (vide Venâncio, 1992a: 31-38), Manuel Rui e Arnaldo Santos (vide também Venâncio, 1996a: 87-111).

to, o crioulo é o "*descendente cultural de pelo menos uma genealogia transcontinental*" (Soares, 1996: 24); sétimo, a condição da criouldade está circunscrita aos mestiços biológicos e aos brancos que partilham essa vivência (Venâncio, 1996a: 28-29); oitavo, a criouldade é entendida como o "ponto final" do processo de colonização (Venâncio, 1986a: 25). Com base nestas teses, os teóricos da criouldade proclamam a existência de uma estética e de uma ética da criouldade angolana, fundada a partir da obra poética e da ensaística de Mário António Fernandes de Oliveira (cf. Soares, 1996), que para José Carlos Venâncio (1996a: 87-115), na análise que faz sobre o papel dos escritores mestiços¹⁵ na literatura angolana, esses escritores emprestam a sua cor da pele à legitimação da sociedade crioula angolana.

5. Este rol de equívocos e estereótipos levam-me a reputar a teoria da criouldade (defendida por Venâncio e Soares) de teoria fundamentalista e neo-colonial, empenhada em reabilitar "*os feitos da colonização portuguesa*". Na minha modesta opinião, a essência social do colonialismo é una. Não acredito que tenham existido, no mundo, colonialismo(s) generoso(s), que supostamente terão investido na formação da nova cultura e do homem novo, em detrimento do saque de recursos naturais (e de outras riquezas) e da exploração da mão de obra das populações colonizadas.

Contrariamente ao discurso apologético da antropologia e sociologia ultramarinas, que via na colonização portuguesa, algumas características distintas como, por exemplo, a negação do etnocentrismo, a assimilação cultural, a procura de horizontalidade no choque de culturas, a convivência, a acomodação ecológica a valores de culturas diferentes e a produção de "casos novos" (cf. Lima, 1964: 13), estudiosos de outras paragens já postulavam, nas décadas de 1940 e 1950, um quadro de referência bem definido sobre a situação colonial. Em 1995, o sociólogo francês Georges Balandier, no seu livro *Sociologie Actuelle de l'Afrique Noire*, definia a situação colonial da seguinte maneira: "*A dominação imposta por uma minoria estrangeira, 'racial' e culturalmente diferente, em nome de uma superioridade racial (e ou étnica) e cultural dogmaticamente afirmada, a uma maioria autóctone materialmente inferior; o estabelecimento de relações de maquinismo, de economia poderosa, de ritmo rápido e de origem cristã impõe-se a civilizações sem técnicas complexas, de economia retardada, de ritmo lento e radicalmente 'não cristã'; o carácter antagonico das relações que intervêm entre as duas sociedades, antagonismo que se explica pelo papel de instrumento a que intervêm entre a sociedade dominada; a neces-*

(15) Para José Carlos Venâncio (1996a: 87), a expressão mestiço, aplicada à realidade angolana, designa três graus de miscigenação: os cabritos (filhos de mulatos e brancos), os mulatos (filhos de brancos e negros ou de pais mulatos) e os cafusos (filhos de mulatos e negros).

*sidade, para manter a dominação, de correr à 'força', mas também a um conjunto de pseudo-justificações de comportamentos estereotipados*¹⁶. Do meu ponto de vista esta caracterização é também válida à análise da situação da sociedade angolana colonial.

Aliás, o carácter falacioso do mito do não racismo português, que os insígnies teóricos da crioulidade também pretendem defender e eternizar, de forma camuflada, foi já suficientemente demonstrado em estudos competentes de autores estrangeiros¹⁷ (incluindo portugueses¹⁸) e angolanos. No contexto desta comunicação quero apenas citar três pesquisas recentes de dois investigadores angolanos¹⁹: o sociólogo Paulo de Carvalho (cf. 1989) e a historiadora Maria da Conceição Neto (cf. 1997; 1996).

No seu estudo sobre a estrutura social, Paulo de Carvalho (1989) considera a cor da pele e a identificação étnica como uns dos factores primários da

(16) Citado pelo sociólogo canadiano Guy Rocher, 1989: 186-187. No mesmo lugar, Rocher (1989: 187) aponta seis características essenciais da situação colonial: a) a exploração económica estrangeira, b) a dependência política, c) as barreiras sociais e raciais, d) a atomização social, e, e) o sistema de justificações. Sobre o mesmo assunto, ver igualmente um importante artigo de BALANDIER, Georges, "La situation coloniale: approche théoriques", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, XI, 1951, p. 44-79.

(17) Cf. PELISSIER, René. *La colonie du Minotaure*. Nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961). Orgeval: Editions Pelissier; René Pelissier. *Le naufrage de caravelles – Etudes sur la fin de l'empire portugais (1961-1975)*, Orgeval: Editions Pelissier; BENDER, Gerald J. *Angola sob o domínio português*. Mito e Realidade. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1980, p. 21-41.

(18) Cf. RIBEIRO, Orlando. *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981; HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola*. Dinâmicas comerciais e transformações sociais o século XIX. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997, p. 39-40; LARANJEIRA, Pires. *Literatura, cânone e poder político*, comunicação apresentada por ocasião do *I Encontro Internacional Sobre Literatura Angolana*, Luanda 10-13 de Dezembro de 1997.

(19) Uma das lacunas dos trabalhos de investigadores angolanos residentes em Portugal (aqui incluo Venâncio e Soares), salvo raras excepções, é a completa ignorância dos trabalhos realizados por angolanos residentes em Angola. É assim que muitos deles retomam ou insistem em investigar e criar polémicas em torno de conceitos, questões e temáticas considerados, na comunidade científica nacional e/ou continental, esgotados ou ultrapassados. A recente polémica sobre a crioulidade entre Francisco Soares (1998) e Luís Kandjimbo (1998) é reveladora do drama que os intelectuais angolanos residentes no estrangeiro vivem. Por outro lado, questiono a ausência, nos textos de Venâncio e Soares, de referências pertinentes (por serem incontornáveis) de autores angolanos (muitos deles de reconhecida competência), que escreveram sobre o luso-tropicalismo, a angolanidade e a crioulidade, Provavelmente seja esta uma das causas que justifica a insistência, que estes dois autores fazem, na perspectiva exógena.

estratificação social e de mobilidade social e cultural na sociedade angolana colonial. Por sua vez, Maria da Conceição Neto (1996: 2), ao falar da situação da sociedade colonial angolana aponta os seguintes factos, dignos de registo: “*situação colonial, criou, de facto, muitas situações potencialmente geradoras de conflitos e ressentimentos: deslocamentos de populações; utilização de uns grupos nas operações de conquista e repressão de outros; exploração de problemas inter-étnicos inter-regionais; choque frontal dos ‘civilizados’ (de jure ou de facto) com a discriminação racial; inferiorização sistemática das manifestações culturais africanas; segregação entre ‘índigenas’, ‘assimilados’ discriminação entre brancos, mestiços e negros, criando preconceitos raciais*”. Como se pode facilmente concluir dos dados e factos resultantes das pesquisas destes dois investigadores angolanos, em Angola não existiu uma sociedade colonial harmónica e não racial. Pelo contrário.

José Carlos Venâncio e Francisco Soares, em particular o primeiro, propõem um discurso de raça (melhor dizendo, um discurso de consciência de raça dos mestiços), para o entendimento da especificidade da sociedade angolana contemporânea. Na verdade, José Carlos Venâncio não faz mais senão condenar os chamados “mestiços biológicos” angolanos, em que ele próprio se inscreve, à marginalização. Esta tentativa de marginalização dos mestiços, não é nova. Já o filósofo português Pinharanda Gomes, um dos grandes defensores da portugalidade, esforçou-se em ensaiar esta teoria, no seu livro *Fenomenologia da Cultura Portuguesa*, publicado em 1969. Aquele filósofo nativista português chegou a defender teses absurdas e marginais, segundo as quais: a invenção do mestiço era o facto mais importante da colonização portuguesa; o mestiço era a vida necessária ao aparecimento da nova cultura portuguesa; o mestiço seria a ponte da união geográfica de Portugal e o mundo por ele colonizado (Gomes, 1969: 79-90). A história dos movimentos protonacionalistas nos países africanos de língua oficial portuguesa, o surgimento da literatura de cariz negritudinista (que teve como alguns dos seus melhores representantes mestiços e brancos²⁰) e a activa participação dos mestiços na luta anti-colonial desses países, encarregaram-se de abalar a ideologia da chamada “fenomenologia cultural portuguesa”, assente no princípio da criação do mestiço como condição da perenidade cultural portuguesa nesses países.

Com ligeiras adaptações, a antropossociologia da criouldade ao insistir na consciência de raça dos mestiços, parece-me tentar perpetuar uma das falácias da portugalidade e pautar pela marginalização dos mestiços e da sua condi-

(20) É o caso de Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade e António Jacinto (os dois primeiros mestiços e o último branco) para nomear apenas alguns escritores angolanos, que na década de 1940 e 1950, estiveram empenhados num programa de reabilitação da autenticidade da cultura angolana e africana.

ção de angolanos. Pessoalmente, não acredito que o lugar dos mestiços na actual sociedade angolana e o papel que desempenham na construção da nação angolana²¹ se deva à sua consciência de raça. Também não acredito que a produção literária dos escritores angolanos mestiços e brancos se deva à pigmentação da sua pele e a uma assumida consciência de raça, até porque, na perspectiva do ensaísta africano do Ghana Kwame Anthony Appiah²² (1997: 75), que considera desolador confundir raça e cultura, a raça e a etnia são factores extra-literários.

6. Por outro lado, o discurso de raça de José Carlos Venâncio postula uma perspectiva exclusivista da angolanidade, a angolanidade assente na criouldade. O que está errado. Por isso, considero que a nova retórica académica criouldante e lusotropicalista não passa de um mero exercício saudosista e apologético da “essência do colonialismo português”. Na verdade, o conceito de criouldade é incompatível com o conceito de angolanidade. A angolanidade é um paradigma emergente, um processo de formação identitária (na esteira de Boaventura Sousa Santos, 1994). Ao contrário da visão reducionista, exclusivista, discriminatória e marginal de angolanidade, postulada por José Carlos Venâncio, eu encaro a angolanidade como um manifesto colectivo de convivência multi-étnica, multirracial e multicultural de todas as comunidades humanas que habitam no actual território da República de Angola. Ela, a angolanidade, reflecte o projecto de construção da nação angolana.

7. Refuto o conceito de criouldade para a explicação da substância societal angolana. Considero que os elementos que resultaram da presença portuguesa em Angola, através do diálogo e do choque de culturas, com as culturas das comunidades que hoje habitam Angola, foram apropriados (porque não dizer nacionalizados) pela sociedade angolana e tornaram-se parte do seu património cultural. É o caso da língua portuguesa, para ilustrar apenas um dos exemplos mais relevantes.

A antropossociologia da criouldade é, em última instância, uma antropossociologia da aculturação que, como todos os estudos sobre a aculturação, assenta no etnocentrismo, por privilegiar o impacto da cultura implicitamente

(21) Cf. Kajibanga, 1998.

(22) Kwame Anthony Appiah é um ensaísta e filósofo ganense, um mestiço (de mãe britânica e pai ganense), que estando numa perspectiva do saber endógeno, vem se batendo contra o discurso de raça, o afrocentrismo e o eurocentrismo. O seu ensaio, intitulado *Na casa de meu pai. A África na Filosofia da Cultura* (1997), é uma das grandes contribuições ao estudo multidisciplinar da actual problemática cultural africana.

julgada superior. No caso de José Carlos Venâncio e Francisco Soares, o impacto da cultura portuguesa sobre as culturas das sociedades e comunidades de Angola então colonizadas por Portugal, pondo de lado a influência destas sobre a cultura portuguesa²³.

José Carlos Venâncio e Francisco Soares partem de uma perspectiva epistemológica exógena. Aquela que privilegia a primatura dos factores e das condições externas na análise dos processos sociais, remetendo os actores das sociedades endógenas a meros objectos (exóticos) da observação e da análise académicas.

Ao capitalizar o mito fundador da sociedade angolana crioula pelos portugueses, a antropossociologia da criouldade, ou a nova retórica antropossociológica do luso-tropicalismo, ignora a existência de estratégias assimilacionistas recíprocas, entre as sociedades colonizada e colonizadora. Estas estratégias existiram aos mais diversos níveis. Por este motivo, as sociedades colonizadas conseguiram resistir e sobreviver. Dito de outra maneira, as sociedades colonizadas não foram meros objectos dos processos sociais da colonização. Pelo contrário, elas foram também sujeitos e actores activos de processos de resistência à colonização (vide, Neto, 1997: 328). Por isso, a colonização não conseguiu destruir as culturas em presença, as culturas das civilizações endógenas.

Por outro lado, a nova antropossociologia de pendor freiriano pretende classificar a mestiçagem biocultural resultante da colonização portuguesa (e a resultante da presença cubana em Angola)²⁴ como a única existente em Angola. Aqui, mais uma vez se está em presença de uma abordagem exclusivista e unidimensional, em que se atribui à sociedade doadora (neste caso, Portugal), a primatura e o papel determinante na formação do paradigma societal angolano. No entanto, devo dizer que o processo de formação e radicação das sociedades étnicas e de várias outras comunidades que hoje habitam no actual território de Angola, é reflexo de uma história e uma tradição milenares de mestiçagem biológica e cultural endógenos. O mapa étnico de Angola é uma prova evidente do que acabo de afirmar. É curioso que os representantes da teoria da criouldade ainda não tenham dado conta dos processos endógenos de mestiçagem bioculturais que caracterizam o mapa etnossociológico de Angola, um facto que até José Redinha (um defensor de uma epistemologia colonial e/ou dos estudos

(23) Em 1931, o sociólogo francês René Maunier, na sua obra *Sociologia colonial* prestou atenção à aculturação dos colonizadores em relação aos colonizados. Formulou alguns conceitos operatórios ('indigenização' e 'marginalização' dos ocidentais) para caracterizar esse processo inverso da aculturação.

(24) Considero insustentável a teoria de José Carlos Venâncio sobre os dois momentos da angolanidade: a resultante da presença portuguesa em Angola e a resultante da presença cubana no período pós-independência.

ultramarinos) tinha registado e sublinhado como advertência²⁵, na sua *Distribuição Étnica de Angola*, publicada, pela primeira vez, em 1961.

Refuto a epistemologia da crioulidade aplicada ao estudo do facto social angolano, pois considero, na senda do que foi acima referido, tratar-se de um paradigma ideológico e apoloético sobre *os grandes feitos da colonização portuguesa em Angola*. Neste sentido, defendo a descolonização dessa epistemologia, assente no legado teórico dos antigos estudos ultramarinos, um paradigma ainda dominante em algumas tendências dos estudos africanos praticados em Portugal.

8. Proponho uma epistemologia do saber endógeno para a caracterização da substância societal angolana, resultante do diálogo e do choque entre as culturas étnicas e regionais do território que hoje se chama Angola com a cultura portuguesa. Nesta perspectiva, é mister registar que ocorreram entre a sociedade colonizada e a sociedade colonizadora grandes “enlaces de culturas” (usando um termo emprestado ao sociólogo e antropólogo francês Roger Bastide), que nos permitem definir ambas as sociedades de receptoras e doadoras de culturas²⁶.

(25) Num texto propedêutico escrito em 1971, inserido na 9.ª Edição do seu mapa étnico de Angola, intitulado *Distribuição étnica de Angola*, José Redinha (1975: 6) caracterizou a realidade etnossociológica angolana, sublinhando os seguintes traços: “*A difusão do contorno por cruzamento das manchas étnicas em contacto; as submissões dos grupos mais fracos à designação grupal dos mais fortes; as sucessões de chefia com alternância étnica; a naturalização voluntária de diversos grupos em grupos culturais mais evoluídos; o grande número de enclaves de diversas fracções étnicas no corpo de outras etnias; a acentuada sinuosidade de colónias nas bordaduras étnicas.*”

A adopção de línguas de alguns grupos dominantes também influi na face das cartas étnicas, porque, se bem que este fenómeno não signifique transformação da personalidade basal dum determinado grupo, não deixa de ser muito importante, em presença do método de classificação etno-linguístico em uso.

É mesmo de prever que novos etnótipos se terão de vir a criar para a classificação de novas situações etno-sociológicas, linguísticas e culturais.

A vida de relação comum, a divulgação crescente da língua portuguesa, são factores de dinâmica social a incluir neste movimento geral irreversível, muito incrementado pelo desenvolvimento do urbanismo, da economia, da cultura, e das concentrações populacionais”.

A reprodução desta longa citação serve para demonstrar que no âmbito da etnossociologia colonial reconhecia a presença no mapa étnico de Angola, de fortes elementos reveladores de processos de aculturação, assimilação e miscigenação endógenos, processos sempre a ter em conta, até porque se apresentam determinantes, na caracterização da condição humana angolana. De resto, é sintomática a ignorância destes factores nas incursões académicas de José Carlos Venâncio e Francisco Soares.

(26) Sobre a reciprocidade dos processos de aculturação entre colonizados e colonizadores, veja-se Bastide, 1974: 77-83.

De facto, o critério da produção do saber endógeno, válido para este caso, sem pretender uma ancoragem hegemónica, é aquele que privilegia as estratégias de assimilação, de aculturação e de “indigenização” dos actores da sociedade colonizadora, projectadas pelas comunidades e sociedade colonizadas, que, aliás, já eram portadoras, antes da chegada dos portugueses, de uma rica experiência de aculturação e assimilação endógenas.

9. Resta-me concluir que estamos em presença de uma crise da racionalidade crioula e dos fundamentos metodológicos que a sustentam, a sociologia gilbertiana do luso-tropicalismo. Afinal, a chamada sociedade crioula angolana é, na verdade, um mundo que os discípulos angolanos de Gilberto Freyre idealizaram (e continuam a idealizar), mas que, em rigor, é um mundo que Portugal não foi capaz de criar e, por conseguinte, o luso-tropicalismo e o “paradigma” da criouliidade não têm legitimidade de o aclamar, nem bases suficientes para a aclamar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Orlando. *Crioulismo e mulatismo*. Lobito: Capricórnio, 1975.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. A África na Filosofia da Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1997.
- ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano*. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- ANDRADE, Mário Pinto de. *As Ordens do Discurso do Clamor Africano*. Continuidade e Ruptura na Ideologia do Nacionalismo Unitário. Estudos Moçambicanos, 7: 7-27, Maputo, Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, 1990.
- ANDRADE, Mário Pinto de. *Prefácio ao Discurso sobre o colonialismo d’Aimé Césaire*. Lisboa: edição Sá da Costa Editora, p. 5-11, 1978a.
- ANDRADE, Mário Pinto de. O que é o luso-tropicalismo?, In: BRAGANÇA, Aquino de e WALLERSTEIN, Immanuel. *Quem é o inimigo? (I)*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, p. 225-233, 1978b.
- ANDRADE, Mário Pinto de. Prefácio a *O canto armado do povo*. 1975.
- ANDRADE, Mário Pinto de. *La guerre en Angola – Étude socio-economique (en collaboration avec Marc Ollivier)*, Paris: Editions Maspero, 1971. (Tradução em português, Lisboa, 1974).
- ANDRADE, Mário Pinto de. *Liberté pour l’Angola*. Paris: François Maspero, 1962.
- ANDRADE, Mário Pinto de. Cultura Negro Africana e Assimilação. In: ANDRADE, Mário de. *Antologia de poesia africana de expressão portuguesa*. Prefácio do Autor. Paris: Jean Pierre Oswald, 1958.

KAJIBANGA, Víctor. *Crise da racionalidade lusotropicalista e do paradigma da 'crioulidade'...*

ANDADE, Mário Pinto de. Esquema do problema linguístico negro-africano. *Vértice*, XIII (114): 102-104, Fevereiro de 1953, Coimbra.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Do preconceito racial e da miscegenação*. Palestra proferida no Centro de Estudos Africanos, Lisboa, 1952. [policopiado].

ANDRADE, Mário Pinto de. Questões de linguística Bantu. I – Da posição do kimbundu nas línguas de Angola. *Mensagem*, Luanda, n. 1 e 2, 1951-1952a.

ANDRADE, Mário Pinto de. A literatura negra e os seus problemas, I, II. *Mensagem* (circular), ano III, 12 e 13 (Janeiro-Julho de 1951 e Janeiro de 1952), Lisboa: CEI, p. 1-3 e 11-14, 1951-1952b.

BASTIDE, Roger. *Antropologia aplicada*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

CARVALHO, Paulo. *Struktura społeczna społeczeństwa kolonialnego Angoli*. Varsóvia: Instituto de Sociologia da Universidade de Varsóvia, 1989. Existe um texto resumo em língua portuguesa: *Estrutura Social da Sociedade Colonial Angolana*, Conferência proferida no ISCED/UAN, Luanda, Janeiro de 1997 [policopiado].

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Prefácio de Mário Pinto de Andrade, Lisboa: Sá da Costa, 1978.

CONDÉ, Maryse & COTTENET-HAGE. *Penser la créolité*. Paris: Karthala, 1995.

DIAS, JIII R. *Uma Questão de Identidade*: Respostas Intelectuais às Transformações Económicas no seio da Elite Crioula da Angola Portuguesa ente 1870 e 1930. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, I: 61-94, 1984.

GOMES, Pinharanda. *Fenomenologia da cultura portuguesa*. SII., 1969.

HOUNTONDJI, Paulin J. (Dir.). *La Savoirs endogenes*. Pistes Pour Une Recherche, CODESRIA, 1994.

KANDJIMBO, Luís. Turismo académico e falácia da criouliidade. A propósito de uma crítica ao livro Apologia de Kalitangi. *Vida e Cultura*, Suplemento de Artes, Letras e Ideas do *Jornal de Angola* de 24 de Janeiro e 31 de Janeiro, 1999.

KANDJIMBO, Luís. *Apologia de Kalitangi*. Ensaio e Crítica, Luanda: INALD, 1997.

KAJIBANGA, Víctor. *Culturas étnicas e cultura nacional*. Uma Reflexão Sociológica Sobre o Caso Angolano. Conferência proferida na Universidade Católica de Angola, no âmbito do 2.º Encontro dos Delegados da Igreja Católica dos Países Lusófonos, Luanda, 17 de Janeiro, 1998. [policopiado].

KAJIBANGA, Víctor. *A alma sociológica na ensaística de Mário Pinto de Andrade*. Uma Introdução ao Estudo da Vida e Obra do Primeiro Sociólogo Angolano. Luanda: INIC, 1997.

KAJIBANGA, Víctor. Contribuição ao Debate sobre a Angolanidade. *Jornal de Angola*, 4 de Setembro, 1994.

LABAN, Michel. Angola. *Encontro com escritores*. Vol. I, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1991.

LARANJEIRA, Pires. *Literatura, cânone e poder político*. Comunicação apresentada por ocasião do *I Encontro Internacional Sobre Literatura Angolana*, Luanda 10-13 de Dezembro, 1997. [policopiado].

África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 22-23: 141-156, 1999/2000/2001.

- MARGARIDO, Alfredo. Incidências sócio-económicas na poesia negra de expressão portuguesa. trad. De Diogène, n. 37, 1962. In: MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre literaturas africanas de língua portuguesa*. Lisboa: Regra do Jogo, 1980, p. 43-71.
- NETO, Maria da Conceição. *Ideologias, Contradições e Mistificações da Colonização de Angola no século XX*. Lusotopie: Lusotropicalisme: Ideologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones, p. 327-359, 1997.
- NETO, Maria da Conceição. Cultura e Estado nacional. comunicação apresentada no *III Seminário Nacional de História de África*, Centro Universitário Aquidauana, Brasil, 5 a 9 de Junho, 1996.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *A formação da literatura angolana*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *Reler África*. Coimbra: Instituto de Antropologia/ Universidade de Coimbra, 1990.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *Luanda ilha crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.
- REDINHA, José. *Distribuição étnica de Angola*. 9.ª Edição. Luanda: Fundo de Turismo e Publicidade, 1975.
- ROCHER, Guy. *Sociologia geral*. Mudança Social e Acção Histórica. Vol. 3. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. O Social e o Político na Pós-Modernidade. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- SOARES, Francisco. Luís Kandjimbo: Apologia de Kalitangi. *Vida e Cultura*, Suplemento de Artes, Letras e Ideias do *Jornal de Angola* de 3 e 10 de Janeiro, 1999.
- SOARES, Francisco. *A autobiografia lírica de M. António*: Uma Estética e uma ética da criouliidade angolana. Évora: Pendor, 1996.
- VENÂNCIO, José Carlos. *Colonialismo, antropologia e lusofonia*. Repensando a Presença Portuguesa nos Trópicos. Lisboa: Veja, 1996a.
- VENÂNCIO, José Carlos. *A Economia de Luanda e Hinterland no século XVIII*. Um Estudo de Sociologia Histórica. Lisboa: Estampa, 1996b.
- VENÂNCIO, José Carlos. *Literatura versus sociedade*. Uma visão antropológica do destino angolano. Lisboa: Veja, 1992a.
- VENÂNCIO, José Carlos. *Literatura e poder na África lusófona*. Lisboa: ICALP/Ministério da Educação, 1992b.
- VENÂNCIO, José Carlos. *Uma perspectiva etnológica da literatura angolana*. Lisboa: Umeiro, 1987.

ABSTRACT: The history of the movements proto-nationalist in the African countries of Portuguese official language, the appearance of the literature of aspect 'negritudinista'

(that had as some of your best mestizo and white representatives) and the mestizos' expressive participation in the anti-colonial fight of those countries, took charge of affecting the ideology of the call "Portuguese" cultural phenomenology, based at the beginning of the mestizo's creation as condition of the Portuguese cultural perennality on those countries. With quick adaptations, the anthropo-sociology of the 'crioulidade' when insisting on the conscience of the mestizos' race, seems to try to perpetuate one of the fallacies of the 'Portugalidade', marginalizing the mestizos and removing of them their condition of Angolans.

Keywords: Lusotropicalism; "Crioulidade"; Anthro-po-sociology; Angola